

Igreja decide-se por uma visão própria da Amazônia

Do correspondente em Belém

O texto original da Pastoral das Estradas foi inteiramente reformulado na reunião de Santarém porque era "excessivamente tímido", segundo deram a entender ontem fontes da CNBB. O plano propunha colaboração entre governo e Igreja nas rodovias, mas alguns bispos o rejeitaram porque preferiram defender uma visão própria no desenvolvimento da região, com autonomia e liberdade.

A Pastoral das Estradas, cujo texto final ainda não foi divulgado, é um dos programas de emergência do plano da Pastoral da Amazônia. Os bispos que defendem orientação própria em seu desenvolvimento partem do pressuposto de que "o progresso não se importa nem se exporta, muito menos se impõe, mas se provoca com o processo de autopromoção".

Dois fatos forçaram os bispos a essa definição: a marginalização do habitante da Amazônia no processo de desenvolvimento implantado na área e a subvalorização de alguns direitos elementares da pessoa, como a participação na renda gerada pelo próprio trabalho, o exercício efetivo da Justiça, melhor assistência social e educacional ao trabalhador e respeito à legislação trabalhista.

SUJEITO DO PROGRESSO

A meta da Pastoral proposta pelos bispos seria "fazer o nativo o sujeito e não apenas o objeto ou, pior ainda, o espectador do desenvolvimento da região". A Igreja, salientam os bispos, vê com ansiedade o meio pelo qual

volvimento comunitário dos grupos humanos de colonização.

LINHA TEÓRICA

Os bispos esperam que, com os pontos aprovados dentro da Pastoral das Estradas e nos programas de assistência previstos na Pastoral da Amazônia, tenha sido constituída a "linha teórica" da atenção da Igreja na região. Isso fará — argumentam — que se tornem mais frequentes e amplas as manifestações da CNBB, como as referentes ao apoio dado ao bispo d. Pedro Casaldiga, de São Felix do Araguaia.

Os bispos solidarizaram-se com d. Pedro Casaldiga logo depois que ele foi acusado, por um funcionário do INCRA, de subverter colonos e peões, mas os próprios manifestantes acham que o apoio não foi suficientemente forte — apesar de d. Ivo Lorscheiter, secretário da CNBB, ter revertido as acusações ao acusador, salientando que ele, simplesmente, desconhecia os verdadeiros problemas da região.

A solidariedade foi, muito mais, de um grupo de bispos e padres do que propriamente da CNBB. Com o texto definitivo do plano de Pastoral orgânica da Amazônia, haverá uma linha doutrinária apoiando essas manifestações. E é neste aspecto, segundo os informantes, que se situa a diferença fundamental em relação ao plano original.

PALAVRAS E AÇÃO

Estabelecendo uma visão particular do desenvolvimento da região, assinalam os bispos, as respostas às acusações: como as feitas a d. Pedro Casaldiga não mais serão de representantes isolados da hierarquia religiosa, mas de todo o corpo pastoral da

Igreja. E, o que consideram importante e fundamental na nova ação a ser seguida, serão dadas não só com palavras mas com todo um trabalho de promoção junto ao homem da Amazônia,

procurando fazer com que se eleve socialmente.

A reunião de Santarém decidiu também que a Igreja não deve abandonar o papel que deve desempenhar no desenvolvimento

da Amazônia, hoje acelerado pelas novas rodovias, embora não tenha participado do planejamento e da execução dos planos de implantação das estradas.

O fato de sua ação ter come-

çado tardiamente e não estar ainda devidamente organizada é, atualmente, um problema secundário, não merecendo sequer qualquer consideração no momento. Para os bispos, a Pasto-

ral especial das estradas permitirá à Igreja atender, com dados definidos, "a nova situação da formação, forçada ou não, de aglomerados humanos ao longo das novas rodovias".